



REVISTA SEMESTRAL DO CEDE - ANO 2 - Nº 3 - 1986

QUESTÕES DE ECONOMIA POLÍTICA

TEORIAS SOBRE CRISE

- A ECONOMIA POLÍTICA E A CRISE
- POR DETRÁS DA CRISE: A TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO; A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS TRABALHOS FRANCESES RECENTES
- KEYNES E A INSTABILIDADE DO CAPITALISMO
- EXPECTATIVAS, INCERTEZA E INSTABILIDADE NO CAPITALISMO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DE KEYNES
- SCHUMPETER E A DERROCADA DO CAPITALISMO



CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES
DE ECONOMIA POLÍTICA

MERCADO  ABERTO

POR DETRÁS DA CRISE: A TENDÊNCIA À QUEDA DA TAXA DE LUCRO; A CONTRIBUIÇÃO DE ALGUNS TRABALHOS FRANCESES RECENTES

ALAIN LIPIETZ**

Em um artigo recente, J. Weeks (1979) escrevia: "Durante décadas, a teoria do subconsumo dominou o pensamento dos marxistas americanos, mas apesar dela ainda ter seguidores, a renovação do interesse pela obra de Marx enfraquecia seu atrativo ideológico à medida que uma nova geração de marxistas redescobria a crítica desta posição em Engels, Lênin e outros. Enquanto o subconsumo eclipsava-se, as teorias do *profit squeeze* (estrangulamento de lucros) propagavam-se. Esta hipótese - que os aumentos salariais resultavam em queda dos lucros - é geralmente considerada como um "avanço" sobre o subconsumo na medida em que traz à luz a "luta de classes".

*Este artigo retoma uma intervenção apresentada sob convite dos organizadores do Colóquio de verão da seção americana da Sociedade de Econometria (San Diego, junho de 1981). A proposta específica desta intervenção (apresentar, no quadro do debate americano, alguns trabalhos franceses relativos aos aspectos teóricos e empíricos do assunto) explica algumas de suas limitações: não se trata de um "survey" sistemático dos pontos levantados, em particular dos estudos estrangeiros. Contudo, este artigo pode introduzir, com proveito, um público francófono nos debates anglo-saxões girando em torno da teoria da queda tendencial da taxa de lucro (teorema de Okishio, *profit squeeze*, etc.), ressitando algumas contribuições francesas... bem como contribuições a estes debates que não foram feitos na França nesses termos! Permanecendo dentro destes limites, esforcei-me por incorporar as críticas e sugestões formuladas por R. Boyer, pelos participantes do colóquio de San Diego, em particular D. Foley, e pelos colaboradores anônimos da "Revue économique". Agradeço-lhes aqui. Os erros, imprecisões e omissões são, é claro, de minha responsabilidade.
Traduzido por Flávio Soares Damico, revisão de Luiz Augusto Faria.

**Do CEPREMAP, Paris.

Não se trata neste texto de entrar nos detalhes de um debate que ocupa um grande espaço na literatura de língua inglesa (incluindo, além das contribuições de autores americanos e ingleses, as de autores belgas e japoneses) mas de apresentar algumas contribuições francesas ao debate sobre a crise atual e principalmente ressuscitar um ausente que P. Van Parijs (1980) acreditou poder propor a "oração fúnebre": a tese da queda tendencial da taxa de lucro relacionada não à queda da taxa de exploração (como nas teorias do *profit squeeze*) mas ao aumento da composição orgânica do capital.

Salientemos, de início, que não pensamos que a ação de uma "tendência" possa ser suficiente para explicar uma crise. Uma crise, e acima de tudo uma "grande crise" como aquela dos anos 1930 ou a crise atual, deve ser analisada concretamente cada vez em sua originalidade. Não temos, portanto, a intenção de apresentar uma "teoria geral das crises baseada na queda tendencial da taxa de lucro". Queremos apenas:

1. Relembrar o estatuto e a forma que Marx dava à tendência em questão e principalmente que a "luta de classes" já está no coração da questão, mas uma luta de classes no seio do processo de trabalho.

2. Criticar as assim chamadas demonstrações matemáticas da inviabilidade desta tendência.

3. Enunciar a hipótese de que o crescimento do pós-guerra corresponde a um período no qual não apenas as "contratendências" enunciadas por Marx contrabalançaram a "tendência" mas ainda o fizeram de uma tal forma que minimizaram os riscos de uma crise de subconsumo.

4. Evocar alguns trabalhos empíricos confirmando esta hipótese e simultaneamente apontar como origem da crise o enfraquecimento de certas contratendências.

5. Na conclusão, colocar o problema da passagem da tendência (latente) à crise (aberta), indicando linhas de pesquisa.

O QUE MARX REALMENTE DISSE

A exposição mais sistemática em Marx, não da "forma-crise"² mas das causas das crises capitalistas, encontra-se na seção III do Livro III do *Capital*. Ela compreende três capítulos correspondendo a três níveis de conceituação.

– O capítulo 13 ("Natureza da Lei") enuncia e demonstra a lei relacionando-a à essência do capitalismo e a suas relações internas.

– O capítulo 14 ("Causas que se opõem à Lei") mostra por que estas tendências não se manifestam a cada instante no "tempo do calendário".

– O capítulo 15 ("Desenvolvimento das contradições internas da Lei") expõe as consequências da ação destas tendências e contratendências, desembocando assim sobre diversos modelos de crise. É nesta fonte que vão beber tanto os defensores do subconsumismo como do "profit squeeze".

Nesta seção, ater-nos-emos essencialmente ao primeiro nível.³

O raciocínio da vulgata marxista e sua crítica

Uma leitura rápida do Livro III leva a apresentar o raciocínio da seguinte maneira. Sejam σ , a taxa de lucro em valor, C, V e M, as massas de capital constante, variável e mais-valia.

a) Pode-se escrever:

$$\sigma = \frac{M}{C+V} = \frac{M/V}{1+C/V}$$

Portanto, se C/V aumenta, σ cai. Certamente, M/V aumentará, mas finalmente

é C/V que prevalecerá ("tendencialmente", ou seja, grosso modo, pouco mais ou menos, etc.).

b) Ora, o progresso técnico faz aumentar C/V. Por quê? Porque o progresso técnico exige mais máquinas. Portanto, a composição técnica aumenta. É claro que o valor de cada máquina pode cair (com os ganhos de produtividade). Mas digamos que finalmente o aumento do volume de máquinas prevalecerá sobre a queda de seu valor específico. Portanto, a composição-valor aumentará ("tendencialmente", ou seja, grosso modo, etc.).

c) Conclusão: a taxa de lucro medida por σ cairá tendencialmente. É claro que a taxa de lucro não é σ , o tempo de rotação do capital pode variar... mas tendencialmente (ou seja, grosso modo, etc.) a taxa de lucro cairá.

Duas premissas capengas; uma conclusão frágil. Coro de críticas: a validade das premissas está de fato indeterminada. Não se pode demonstrar nem que a elevação de C/V leva à queda de σ nem a própria elevação de C/V. Conclusão: o movimento da taxa de lucro é totalmente indeterminado.

Temos aqui o exemplo perfeito da capitulação da razão representada freqüentemente pela formalização matemática. Compreender uma lei tendencial não é fazer análise matemática. Mesmo se colocarmos os símbolos matemáticos como balizas para fixar os momentos da reflexão, o essencial permanece sendo a compreensão das relações (no caso econômicas) que chamamos a atenção. Trata-se, portanto, de compreender de que se fala: a tendência exprime nada mais que a essência das coisas desenvolvida em sua existência temporal.

Demonstraremos que, caso compreendamos o sentido das palavras, o primeiro ponto é efetivamente um teorema matemático, enquanto que o segundo é apenas a expressão

da posição de um dos conceitos que fundamenta a teoria crítica do modo de produção: a separação dos produtores e dos meios de produção.

A elevação da composição orgânica leva à queda da taxa de lucro

A indeterminação denunciada pelos críticos (e por vezes admitida por Marx) do movimento da taxa de lucro deve-se à ausência de uma vinculação matemática precisa entre o movimento de C/V e de M/V. Mas estes movimentos são vinculados na realidade. Portanto, não se pode fazer abstração de um quando se faz variar o outro. E então?

Então, Marx não faz esta abstração, mas transcreve mal, algebricamente, os movimentos estudados. Seu raciocínio literário é o correto, suas notações, defeituosas.

De fato, o raciocínio torna-se correto caso "desatrelamos" matematicamente a variável que exprime a composição orgânica daquela que exprime a taxa de exploração, o que pode ser feito ao notá-la por C/V + M e não por C/V. Foi, pois, o que Marx quis dizer exatamente. Desculpem-nos por fazermos aqui um pouco de "marxiologia".

Quando Marx, no Livro III, nota C/V como sendo a composição orgânica do capital, ele faz a abstração do movimento de V ligado a uma variação do valor da força de trabalho. Não se trata dele ignorá-lo, mas por V ele quer designar outra coisa: ele quer designar o trabalho vivo posto em movimento (e que se deduz de V através da taxa de exploração).

Trata-se do fato de que Marx fez V desempenhar um duplo papel: ora V é o valor da força de trabalho, ora ele é apenas o índice de quantidade de trabalho fornecida, comandada

pelo salário. Podemos apresentar reservas sobre a legitimidade do procedimento (diremos posteriormente algo a respeito). Não se pode todavia censurar Marx de não nos haver prevenido, pois ele chama nossa atenção várias vezes sobre este ponto essencial.

“É necessário fazer aqui uma diferença essencial entre o capital variável dispendido em salário tanto quanto em valor, ou seja, a soma dos salários, representando uma certa quantidade de trabalho materializado e este mesmo capital enquanto simples índice da massa de trabalho vivo que se coloca em movimento” (K, VI, 164).⁴

É este índice que Marx utiliza no Livro III por designar a “massa de trabalho vivo” colocada em relação com o capital constante, em outras palavras, na razão chamada “composição orgânica do capital”.

“Esta relação repousa sobre uma base técnica e deve ser considerada como dada por um grau determinado do desenvolvimento da força produtiva. [...] Um número dado de trabalhadores corresponde a uma quantidade dada de meios de produção e, por consequência, uma quantidade dada de trabalho vivo correspondente a uma quantidade dada de trabalho já materializado nos meios de produção” (K, VI, 162).

Trata-se exatamente da definição do Livro I: a composição-valor do capital, “na medida em que ele depende de sua composição técnica” (K, I, 443). Mas está claro que a escolha do “índice” V para designar a quantidade de trabalho vivo é neste caso inoportuna. Com efeito, V está ligado à quantidade de trabalho por uma dupla mediação: o valor da força de trabalho e aquilo que chamamos de “tensor de exploração” (integrando a intensidade e a duração do trabalho), no todo compoem a taxa de exploração (Lipietz [1982]).

É bastante mais razoável designar a quantidade de trabalho vivo não por seu “índice” mas por sua medida V + M. Por que Marx não a fez? Porque no Livro III ele entrou no domínio da economia “fetice”, aquela dos preços e dos rendimentos. A “taxa de lucro” pertence a este domínio, donde vem a escolha do índice V em sua definição.

Mas este “reino encantado” é subordinado às “relações internas” que, no sistema de valores, exprimem as tendências fundamentais do modo de produção (Hausmann e Lipietz [1980]). Trata-se portanto de passar da hipótese “tendência ao aumento da composição orgânica”, medida por C/V + M no sistema de valores, à conclusão “tendência à queda da taxa de lucro” no sistema de preços.

A demonstração processa-se em duas etapas: a) a elevação da composição orgânica de cada ramo implica a queda de sua “taxa de lucro em valores”; b) a queda da “taxa de lucro em valor” da totalidade dos ramos implica queda da taxa de lucro geral (em preços). Apresentaremos aqui uma demonstração rápida no quadro clássico do debate (ausência de capital fixo e adoção da solução Okishio-Seton-Morishima para a “transformação dos valores em preço de produção”).

a) A elevação da composição orgânica de cada ramo conduz à queda “do rendimento em valor” dos capitais aí engajados.

(Utilizamos este termo de preferência à ambígua expressão “taxa de lucro em valor”)

Demonstração:

Pode-se escrever

$$\delta = \frac{M}{C+V} = \frac{M/V+M}{(C/V+M)+(V/V+M)} = \frac{\epsilon}{\kappa+1-\epsilon}$$

e que, por outro lado, a taxa de repartição $\epsilon = \frac{M}{V+M}$ está estritamente contida no

intervalo de 0 a 1 (ela cresce de 0 até 1 à

medida que aumenta a mais-valia relativa), vê-se que σ está no intervalo entre 0 (quando o sobretrabalho é nulo e $\kappa = 0$) e $1/\kappa$ (quando o trabalho necessário é nulo, $\kappa = 1$). Quando κ cresce, σ é, portanto, restrita (qualquer que seja a elevação da mais-valia relativa designada por ϵ) a permanecer numa vizinhança cada vez mais próxima de zero. Esta é exatamente a expressão matemática da proposição “a taxa de lucro tende a zero com a elevação da composição orgânica”. A demonstração é, como vemos, bastante trivial. Ela classifica, contudo, o debate sobre o “peso causal” da composição orgânica na evolução da taxa de lucro. Com efeito, matematicamente, caso considerarmos M/C + V como uma função das variáveis κ e ϵ , pode-se falar de “convergência uniforme até 0”:

$$\forall h \exists H : \kappa > H \Rightarrow \forall \epsilon \sigma < h$$

Enquanto que, se tomarmos indevidamente C/V como medida da composição orgânica, temos apenas a convergência simples:

$$\forall \epsilon \forall h \exists H' : \kappa' > H' \Rightarrow \sigma < h$$

b) A elevação geral da composição orgânica conduz à queda da taxa geral de lucro.

Demonstração:

É fácil calcular que o rendimento geral “em valor” (ou seja, a relação da mais-valia global com o valor do capital avançado) é a média harmônica (inverso da soma dos inversos), ponderada pela repartição do trabalho vivo entre os ramos, dos rendimentos em valor dos capitais destes ramos.

Mas a taxa de lucro real (em preços) é o rendimento em valor dividido por uma estrutura particular do excedente (aquele que Morishima chamou de “raio de Marx-Von Neumann”).

Por conseguinte, a queda generalizada da “taxa de lucro em valor” dos ramos conduz à queda da taxa geral de lucro (em preços).⁵

A tendência ao crescimento da composição

A “lei da queda tendencial da taxa de lucro” é apenas a “transfiguração” matemática da “lei da elevação tendencial da composição orgânica” tal como ela é enunciada no Livro I do *Capital* (em particular na seção 4 e no capítulo 25).

Esta, por sua vez, não se demonstra. Ela exprime, no sistema dos valores, uma tendência fundamental do modo de produção capitalista: a separação crescente dos produtores e dos meios de produção ao nível das forças produtivas, ou mais exatamente ao nível das relações de “disposição” [Bettelheim (1970)] que ocorrem por excelência no processo de trabalho.

Como, com efeito, já mostraram Althusser e Balibar (1965), as “forças produtivas” não são neutras em relação às relações sociais. Ao contrário, a forma de cooperação entre os homens na apropriação da natureza é ela mesma uma relação social. Mas o capitalismo se caracteriza por um desenvolvimento da cooperação sob a dominação do capital. A “dominação real” (Marx [1971]) do capital se exerce através de uma revolução do processo de trabalho fundado na dissociação do trabalho operário entre suas vertentes intelectual e manual e da “incorporação” do saber intelectual no sistema de máquinas automáticas.

“Os meios de produção têm por função apenas incorporar em si a maior quantidade possível de trabalho vivo, e o trabalho vivo é apenas um meio de valorizar os valores existentes, dito de outro modo, de capitalizá-los.

Por esta razão ainda os meios de produção aparecem eminentemente ao trabalho vivo como a própria existência do capital e, neste estágio, como dominação do trabalho passado e morto sobre o trabalho presente e vivo [. . .].

A dominação do capitalismo sobre o trabalhador é, em consequência, dominação da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor, porque as mercadorias transformam-se em meios de dominação (na verdade, unicamente sobre o trabalhador), sendo elas próprias apenas resultado do processo de produção, seus produtos [. . .]. Tal é o processo de alienação do trabalho.”⁶

A tese exposta por Marx no Livro I do *Capital* afirma que a dominação qualitativa se reflete *quantitativamente* na “importância do trabalho morto em relação ao trabalho vivo”.

Em outras palavras, o desenvolvimento da cooperação social assume a forma de uma separação crescente entre o trabalho passado, materializado e o trabalho vivo com o crescimento da participação do primeiro (que exprime a dominação capitalista) sobre o segundo. Esta razão exprime-se exatamente, no sistema de valores, por $C/V + M$. O desenvolvimento do caráter capitalista das forças produtivas exprime-se pela elevação desta relação, portanto, através da queda da taxa de lucro.⁷ Isto permite a Marx concluir que:

“A tendência crescente à queda da taxa de lucro geral é simplesmente uma forma própria ao modo de produção capitalista de exprimir o progresso da produtividade social do trabalho.” (K, VI, 227).

Algumas observações

1. O ponto essencial reside no contraste entre o caráter “hipotético-dedutivo” da

demonstração da queda tendencial da taxa de lucro e o caráter conceitual da elevação da composição orgânica do capital. Marx não demonstra: ele a afirma como expressão de uma das relações fundamentais do capitalismo, desdobrando-se na sucessão de estágios “manufatura – grande indústria – automação”. Esta relação constitui uma “luta de classes na produção” (Magaline [1975]) cujo objetivo é o controle do processo de trabalho e, portanto, da produção de mais-valia relativa, controle de que o artesão e, posteriormente, o operário de ofício são inicialmente os depositários.

Permitam-nos fazer aqui uma comparação forçada: a “tendência à elevação da composição orgânica” tem o estatuto de princípio fundador de uma ciência, como a lei da atração universal, postulada e suscetível de verificação, mas não de demonstração. A “trajetória” da taxa de lucro deduz-se, em seguida, matematicamente, como aquela dos planetas. A diferença é evidentemente a fragilidade da tese fundadora: há um grau de diferença entre luta de classes na produção e sua expressão quantitativa na elevação da composição orgânica!

2. Pode-se estar em desacordo com a tese de Marx. Ela não deve ser objeto de uma discussão matemática, uma vez que ela é uma tese e não uma conclusão. Ela deve ser julgada por sua pertinência na análise da realidade. Após os primeiros trabalhos da escola althusseriana, e em ligação com a contribuição do filão “operaista” italiano (Tronti, Negri) e dos autores americanos (Marglin, Braverman), toda uma série de trabalhos desenvolveu-se nesta linha na França, seja em economia, seja em economia do trabalho (Coriat [1979], Freyssenet [1977]), seja no domínio das verificações estatísticas (A. Azouvi [1977] pode verificar nas grandes empresas francesas que, quanto maior a parcela do capital fixo, menor é a qualificação dos operários).

Ao analisar a crise atual, toda uma escola de economistas marxistas colocou no centro de sua reflexão a análise desta tendência de acumulação capitalista e suas "contratendências" (sobre as quais retornaremos mais tarde). Citaremos entre outros Aglietta [1976], Bertrand [1979], Billaudot [1976], Granou [1979] e os trabalhos do CEPREMAP [1977], donde saíram Boyer, Mistral [1978] e Lipietz [1979a]. Estes trabalhos chegaram, com efeito, a identificar o período de acumulação que conheceram as metrópoles capitalistas dos anos 50 como um período de acumulação "intensiva", caracterizado precisamente pela intensidade da revolução no processo de trabalho, com a incorporação particularmente rápida do saber social no "sistema automático de máquinas". Em homenagem a A. Gramsci, que reconheceu antes da II Guerra o protótipo deste modelo de acumulação na prática de Henri Ford I, é chamado "fordismo".

3. Entretanto, há uma grande diferença entre a análise em termos de tendências e a unificação concreta num certo período de tempo da elevação da composição orgânica do capital e a queda da taxa de lucro. Seguimos nosso curso evocando duas "contratendências" possíveis (segundo a terminologia de Marx): uma elevação da taxa de exploração e de repetição pode, em cada ramo de produção, contrariar temporariamente a queda da taxa de lucro em valor, e uma modificação da ponderação entre os ramos de composições orgânicas diferentes pode contrariar a queda da taxa de lucro geral.

4. No que concerne à composição orgânica do capital $C/V + M$, Marx (no livro I) decompõe seu movimento em 2 etapas: elevação da composição técnica e mudanças no valor do capital constante. A resultante destes dois movimentos é indeterminada, faz-se necessário *postular* a tendência à elevação da

composição orgânica e não procurar demonstrá-la a partir da elevação da composição técnica. Esta seria, aliás, difícil de definir pela ausência de um método correto de agregação "em volume". Veremos como, apesar de tudo, os estatísticos lidam com este problema. Mas esta decomposição faz-nos entrever uma nova "contratendência": a elevação da produtividade no departamento produtor de bens de capital pode ser mais rápida que aquela da composição técnica das indústrias clientes.

É a análise concreta destes movimentos diferentes que promete determinar a realização ou inibição da tendência, em particular à época do "fordismo". Mas antes de avançar nesta direção, é necessário responder a um "argumento devastador" (segundo P. Van Parijs): o teorema de Okishio.

A "VIABILIDADE" DA ACUMULAÇÃO INTENSIVA

A transformação radical das forças produtivas no sentido de um crescimento da "parcela do trabalho morto" que caracteriza aquilo chamado por Marx de "acumulação intensiva" se chocaria, ao que tudo indica, com certos limites. Limites estes dispostos de tal modo a impedir que as modificações na composição técnica levassem a uma queda na taxa de lucros. É o que demonstra o teorema de Okishio (1961), praticamente desconhecido na França,⁸ mas que deu lugar na literatura anglo-saxã a vivos debates onde salientam-se a "resposta ecumênica" de Samuelson e o "obituário" de Van Parijs (1980).

Validade matemática do teorema de Okishio⁹

O teorema de Okishio assenta-se sobre três hipóteses:

a) É possível decompor a economia em ramos de produção de modo que se possa medir o volume de produção destes ramos e montar a matriz insumo-produto em volume. Toda mudança técnica exprime-se por uma modificação quantitativa dos coeficientes desta matriz.

b) O consumo dos trabalhadores é uma cesta de bens invariável cujo valor é idêntico aos salários.

c) As mudanças técnicas resultam exclusivamente da concorrência intercapitalista. Uma nova combinação produtiva apenas será introduzida por um capitalista individual caso ela abaxe seu custo *esperado* aos preços correntes que são definidos pelo sistema de custo de produção da tecnologia inicial. É o que P.A. Samuelson chama de "mudança técnica viável".

Limites econômicos do teorema

Estes limites são deixados claros pelo enunciado das hipóteses.

Não discutiremos a primeira hipótese a despeito de seu caráter "heróico": as "novas" máquinas nunca são as máquinas antigas em maior tamanho. Não pensávamos modificar como A. Shaikh [1978] [1980] (ao qual aliás responderam corretamente Roemer [1979] e Van Parijs [1981]) as especificações a respeito da viabilidade da mudança técnica ao introduzir o custo do capital fixo e do crédito. Nossa crítica será mais profunda e concentrar-se-á sobre as duas outras hipóteses: a estabilidade do padrão de consumo dos trabalhadores e o próprio princípio da condição de viabilidade.

De início, tratemos da estabilidade do salário real. Rosa Luxemburgo (e mesmo Engels) já observavam que a estabilidade do salário real tornava “não-competitiva”, no quadro da concorrência intercapitalista, uma série de mudanças técnicas que aumentam a produtividade e diminuem a parcela do trabalho vivo. Tratam-se evidentemente de mudanças técnicas “não viáveis”, que Okishio mostra que, além de serem inviáveis, levam à queda da taxa de lucro.

Conforme já mostrou J. Roemer (1977), estas mudanças técnicas “progressivas, capital-using, labor-saving” tornam-se viáveis com elevações “convenientes” dos salários reais. O resultado de Okishio está, portanto, embasado numa hipótese totalmente irreal. De fato, a luta de classes (desta vez na distribuição) é suficiente para “derrubar” as muralhas de Okishio. As elevações do poder de compra real dos salários, ao permitir a introdução de técnicas “progressivas” que reduzirão, posteriormente, o valor da cesta de bens-salário, podem ser acompanhadas por uma elevação da taxa de exploração.¹⁰

Mas ainda há mais. A própria concepção dos determinantes da mudança técnica devem ser questionados. Para Marx (e para os capitalistas)¹¹ a razão determinante da mudança técnica não é a concorrência com os outros capitalistas, mas a luta que os opõe a seus próprios operários pelo controle do processo de trabalho, das qualificações, etc. A concorrência intercapitalista pode apenas punir os capitalistas que não desempenharam claramente seu papel na luta de classes. Retomando as palavras de Marx, “a concorrência *executa* as leis iminentes do capitalismo”, ela não as dita.¹² Daí advém o novo daqueles que prognosticaram, na década de 50, que a monopolização da produção conduziria ao malthusianismo. Ora, a experiência da “Idade de Ouro” capitalista do pós-guerra provou precisamente o contrário.

Iremos mais longe. As elevações sem precedente da produtividade, que os principais países capitalistas conheceram, jamais poderiam produzir-se caso não fossem acompanhadas por uma progressão paralela do poder de compra real, conforme já o desejava H. Ford [1930] (esta é a segunda razão pela qual Gramsci e os marxistas franceses dos quais falamos escolheram chamar fordismo a este regime de acumulação!).

Com efeito, caso o consumo real dos operários permanecesse rigorosamente estável, as mudanças técnicas viáveis (no sentido dado por Samuelson) seriam pura e simplesmente “irrealizáveis” (no sentido de Marx, ou seja, as mercadorias que elas permitiriam produzir não seriam realizáveis).

Tomemos, com efeito, um esquema de reprodução ampliado, caracterizado pela matriz técnica, as funções de consumo de trabalhadores e capitalistas e os padrões de acumulação das empresas. Deste esquema resulta um sistema de preços, uma taxa de crescimento e uma repartição do capital entre os ramos (Lipietz [1979]). Suponhamos que um empresário introduza uma mudança técnica “viável”. Se ele diminui suas compras de insumos e mantém sua produção, a demanda que está “à direita” nas equações dos esquemas de reprodução “em preços correntes” torna-se insuficiente para um nível de produção constante. Caso ele mantenha suas compras e aumente sua produção ele está na mesma situação. Para “realizar” uma produção fabricada em condições menos custosas é necessário:

- que a empresa modifique sua participação num dado mercado exogenamente estável;
- ou que haja uma extensão do mercado.

Marx, no seu capítulo sobre a mais-valia relativa (Livro I, capítulo XII), encara o

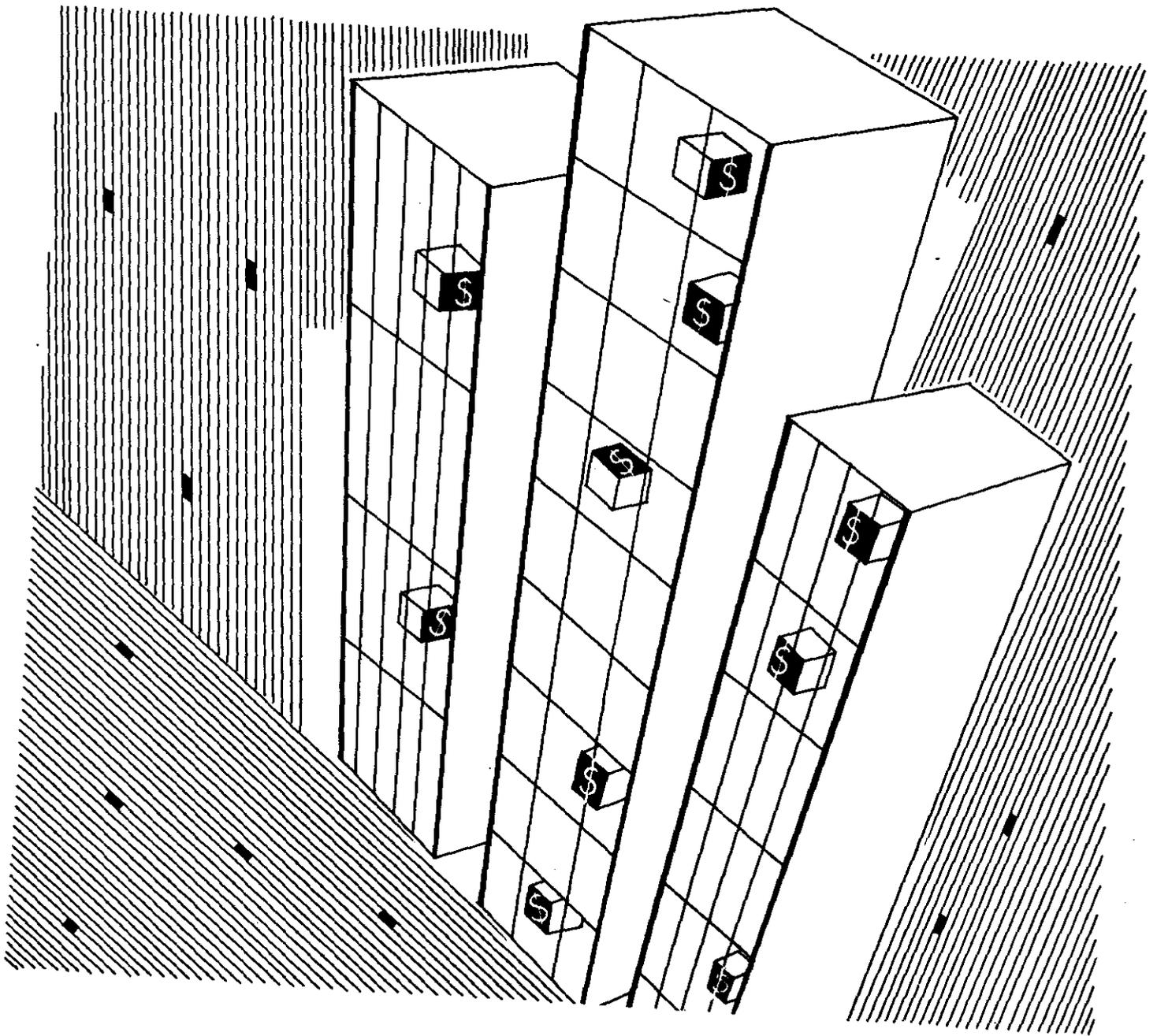
primeiro mecanismo, que corresponde efetivamente à prática da “regulação concorrencial” que prevaleceu durante o século XIX. A empresa mais produtiva *abaixa* seus preços. Ao fazer isso, aumenta sua participação no mercado. Mas também (ao menos se ela produz para o departamento 2 que é o caso analisado por Marx) ela *aumenta*, ao menos provisoriamente, o poder de compra real dos trabalhadores (com salários constantes).

O estudo do CEPREMAP [1977] trouxe à luz um outro mecanismo dito de “regulação monopolista”. A empresa mantém seus preços ... mas pratica uma elevação do salário nominal, contando com a concorrência no mercado de trabalho, ou de outros mecanismos institucionais, para que as outras empresas façam o mesmo. Demonstra-se facilmente (Lipietz [1979a]) que, à medida que, de um lado, o poder de compra dos trabalhadores aumenta, mais pode a mais-valia relativa aumentar em igual proporção.

Este mecanismo de “regulação monopolista” aparece rapidamente como a condição real que viabiliza a acumulação intensiva ligada ao fordismo. Sua ausência explica a crise dos anos 30, sua presença explica a estabilidade do crescimento dos anos 1950-70. Explica também a forma particular (estagflação) da crise atual, pois a cada modo de acumulação, a cada modo de regulação, corresponde uma forma específica de crise (Boyer [1979]). Eis o que revelam os trabalhos desenvolvidos na França segundo esta linha e que vamos agora apresentar.

“A IDADE DE OURO” DO PÓS-GUERRA

Nesta breve intervenção não cabe desenvolver a análise da regulação monopolista da acumulação intensiva. Contentar-nos-emos



nesta seção em apresentar rapidamente seus princípios relacionados à “tendência à queda da taxa de lucro”. Na seção seguinte, apresentaremos alguns dados estatísticos que puderam ser levantados e que esclarecem a problemática.

Uma periodização da acumulação capitalista

Os trabalhos feitos tanto para o caso americano (Aglietta [1976]) como para o francês (CEPREMAP [1977]) mostram que é possível identificar diversos regimes de acumulação claramente distintos na história do capitalismo. Sobre o caso francês,¹³ podemos distinguir os seguintes períodos:

Um período de acumulação predominantemente extensivo (1845-1914)

Neste período predomina (desigualmente segundo os subperíodos) a simples extensão das capacidades produtivas sem grandes mudanças da composição orgânica e da produtividade. Esta cresce no período ao ritmo médio de 2%, o crescimento do poder de compra dos trabalhadores foi da ordem de 1,5%. A regulação (ou seja, a sucessão de ajustes entre acumulação e necessidade social nos diferentes ramos) opera-se através do clássico “ciclo dos negócios”. Preços e poder de compra crescem nos booms: o crack é acompanhado por uma queda geral de preços e salários que não anula totalmente a elevação do poder de compra dos trabalhadores.

Uma reviravolta: o entre-guerras

Nos anos 20, o desenvolvimento do taylorismo e dos embriões do fordismo provoca a primeira grande vaga de acumulação intensiva. A produtividade desenvolve-se à taxa de 6% ao ano. Mas o poder de compra continua seu medíocre crescimento. Esta desigualdade de taxas de crescimento, altamente favorável à taxa de lucro via elevação da taxa de exploração, que não compensa de forma alguma o fraco crescimento da composição do capital (Picaud, Y. & Poidevin, G. [1979]), provoca uma crise de superprodução sem precedente: a crise dos anos 30. Trata-se mais do que um ponto baixo de um ciclo. O desenvolvimento da “contratendência” (elevação da taxa de exploração) detona uma das “contradições do desenvolvimento da lei”. “Quanto mais a força produtiva se desenvolve, mais ela entra em conflito com a base estreita sobre a qual estão baseadas as relações de consumo” (K, VI, 358). A acumulação intensiva não pode mais se satisfazer com a regulação concorrencial.

O pós-guerra

Após a reconstrução (por natureza predominantemente extensiva), a França conhecerá um novo empuxo intensivo que vai desta vez durar 20 anos (1954-74), durante os quais a produtividade vai triplicar, bem como o capital fixo per capita. Mas desta vez a elevação do poder de compra dos assalariados (produtivos e improdutivos) acompanhará quase que exatamente a elevação da produtividade. Esta elevação da produtividade que atinge as duas seções de produção e a composição orgânica do capital permanecerão quase inalteradas, bem como a taxa de exploração.

Estes resultados serão melhor qualificados na próxima seção, mas por enquanto permitam-nos uma estilização da “Idade de Ouro”.

Um regime “ideal” de acumulação intensiva

É sempre possível conceber esquemas de reprodução, intensivos ou não, homotéticos ou não. B. Billaudot [1976] e H. Bertrand [1980] elaboraram sistemas de equações que ligam a evolução das composições técnicas da produtividade, das taxas de acumulação e padrões de consumo de trabalhadores nas duas seções produtivas (bens de produção, bens de consumo). Estes sistemas de equações são “fechados” pela hipótese de plena realização dos produtos realizando a taxa de lucro geral correspondente.

Não apresentaremos estes resultados complexos, contentando-nos com expor um caso particular para referência – aquele que a França experimentou, grosso modo, no pós-guerra. Neste modelo de “Idade de Ouro”:

– As taxas de crescimento da composição técnica global, CT (supõe-se que esta expressão tenha sentido), e da produtividade na seção I, π_1 , são iguais. A “contratendência” à elevação da composição técnica inibe a tendência à elevação da composição-valor κ .

– As taxas de crescimento do consumo dos trabalhadores, d , e da produtividade no departamento 2, π_2 , são as mesmas. A “contratendência” à queda de taxa de lucro, que teria constituído a elevação da taxa de exploração e , é certamente inibida, mas é inibida simultaneamente à tendência à crise de subconsumo. E como a composição orgânica do capital não varia, a taxa de lucro permanece estável.

Já o dissemos e verificaremos que estas duas condições foram aproximadamente

respeitadas na França da reconstrução até a crise. Mas nada assegura que as variáveis CT ,

π_1 , π_2 , d , detenham a boa vontade de comportar-se de modo compatível num quadro de um esquema de reprodução convenientemente ampliado. Um regime de acumulação não se define, portanto, apenas pelos esquemas de reprodução, um sistema de equações nos quais se constata a validade *ex post*, mas por um conjunto de procedimentos através dos quais ajustam-se as evoluções contraditórias das variáveis econômicas. É este conjunto que os economistas franceses dos quais falamos procuram captar na noção de “regulação” (não confundir com “regulamentação”).

Esquemáticamente, o modo de regulação que se consolidou após 1945 combina as seguintes formas institucionais:

- Uma relação salarial caracterizada pela confecção de contratos salariais de médio prazo, extensão dos salários indiretos através do pagamento de transferências e procedimentos de indexação dos salários nominais aos preços e, mais ou menos explicitamente após 1968, às elevações de produtividade (Boyer [1979a]).

- Centralização do capital em grupos industriais e financeiros capazes de fixar seu preço de oferta através do *mark-up* que se torna cada vez mais rígido em relação a flutuações conjunturais (Boyer e Mistral [1978]).

- Extensão da moeda-crédito emitida pelo sistema bancário em função da quantidade de moeda exigida pelas leis de evolução do sistema de salários e de preços nominais evocados acima (R.M. Gelpi in CEPREMAP [1977], Hausmann e Lipietz [1980], Lipietz [1980b]).

- Um reforço considerável do papel do Estado devido não tanto (contrariamente à previsão de J.M. Keynes) às despesas governamentais diretas, mas através da gestão das

relações salariais e da moeda (de Brunhoff [1976]).

O funcionamento deste modo de regulação (que batizamos de “monopolista”), superposto à generalização do fordismo no processo de trabalho, permitiu que fossem respeitadas a priori as duas regras do “esquema da Idade de Ouro” da acumulação intensiva.

Certamente as duas regras são bastante dessemelhantes. A primeira, estabilidade da taxa de exploração, parece verificar-se *ex post* sobre um período considerável (Basle, Mazier, Vidal [1981]). Entretanto, o perfil bastante tormentoso que traduzia, ao longo do século XIX até 1939, os ajustamentos *ex post* promovidos pelos *booms* e crises, sucedeu, depois de um ajustamento regular, e sobretudo antecipado pelas firmas, à elevação do poder de compra.

A segunda regra, a compensação da elevação da composição técnica pela desvalorização do capital constante, parece escapar de todo controle a priori. Todavia, faltava ainda que a desvalorização do capital não dissuadisse as firmas capitalistas de revolucionar seu próprio processo de trabalho. As novas leis monopolistas de formação dos preços nominais através do *mark-up* sobre custo do capital contabilizado nominalmente como *não desvalorizado* levantaram este obstáculo: a desvalorização geral do capital constante diluiu-se numa queda geral da quantidade do valor representada pela moeda, sem que as firmas mais dinâmicas fossem penalizadas (Magaline [1975]).

Com efeito, na regulação concorrencial, a queda do valor do capital fixo repercutiria na queda do preço das mercadorias, portanto na queda do *cash-flow* que incorpora as amortizações. Na regulação monopolista, esta repercussão não tem lugar. Os fluxos de caixa nominais representam, entretanto, um valor menor, gerando uma inflação latente, que não se

transforma em inflação aberta, enquanto as relações de valor subjacentes permitam às empresas renovar seus equipamentos (crescentes em volume, mas decrescentes em valor) através dos fluxos de caixa livres da imposição de uma margem compatível com a taxa de lucro real.

Enquanto duraram as condições da Idade de Ouro do fordismo, a taxa de lucro nominal, resultante da contabilidade da empresa em comparação com os elementos do fluxo de caixa e do ativo, evoluiu paralelamente à rentabilidade econômica real, calculada a partir da evolução estatística das imobilizações, duração da vida dos equipamentos, da produtividade do capital fixo, da repartição do valor agregado, dos preços relativos, etc. (Delestré e Mairesse [1976]).

Infelizmente para o capital, as relações de valores começaram a modificar-se num sentido desfavorável à rentabilidade. É este fenômeno que iremos analisar mais de perto.

A CRISE LATENTE DA ACUMULAÇÃO INTENSIVA

Antes de passar aos dados fornecidos pelos estatísticos é bom precisar o que esperamos.

De início, a ambição deste texto é limitada. Não procederemos a uma análise da crise, mas à identificação de alguns de seus determinantes profundos: aqueles que evocamos na discussão teórica. Mais precisamente procuraremos verificar que:

- Durante um longo período a evolução de grandezas tais como taxa de exploração ou composição do capital não divergiu demais dos requisitos do esquema “Idade de Ouro”.

- Nos anos que precederam o deslançamento “oficial” da crise, isto é, antes de 1974, estes requisitos não foram mais

respeitados. Para distinguir os *ex-aequo* entre as diferentes teses anteriormente evocadas, relacionando a crise à degradação da rentabilidade, examinaremos as grandezas que mais divergiram do esquema.

Não examinaremos, portanto, a evolução destas grandezas após o deslançar da crise, pois esta evolução torna-se então *efeito* da crise e das políticas destinadas à sua recuperação. Daremos, entretanto, alguma atenção sobre esta evolução pós-1974, quando tornar-se-á necessário avaliar a força das tendências em operação.

Finalmente, para não tornar exaustiva esta intervenção, que não tem a pretensão de ser um "survey", ater-nos-emos a um conjunto de dados: aqueles revelados por uma série de estudos iniciados pela "Fresque historique du système productif" do INSEE [1974] e levados a efeito notadamente na Direção de Previsões do Ministério das Finanças da França.

Estes importantes estudos feitos no seio da administração econômica francesa¹⁴ permitem uma nova visão sobre as condições de desarticulação do regime de acumulação intensiva, desarticulação que, por meio de diferentes mediações, conduziu à crise dos anos 70. Estes estudos referem-se principalmente à França, mas a metodologia foi recentemente estendida às demais economias centrais. Todos concluem que houve a degradação da "lucratividade" a partir da segunda metade dos anos 60.

Dissemos "degradação da lucratividade" e não "queda da taxa de lucros". Por quê?

Primeiramente porque, como já dizia Hicks, "a mensuração da taxa de lucro não é uma tarefa para estômagos sensíveis". A razão a calcular é difícil de definir. Qual numerador? Os lucros líquidos das empresas privadas? Ou o total dos rendimentos que representam a

mais-valia? Ou um agregado intermediário? Qual seria então o mais significativo? Na França, após 1968, os impostos incidentes sobre as empresas foram aliviados para bloquear a queda da lucratividade: este expediente não traduz nenhum movimento real nas condições de exploração e falseia as comparações tanto cronológicas como internacionais.

A dificuldade também é grande no que diz respeito ao denominador (fundos próprios? capital bruto ou líquido? capital fixo e/ou circulante?), mas uma outra dificuldade também se faz sentir. A desvalorização do capital constante faz parte deste regime de acumulação, como então avaliar o capital fixo? Por seu valor atual? Por seu custo de aquisição? Aqui a possibilidade de uma divergência entre as evoluções nominais e as evoluções reais, próprias da regulação monopolista, faz sentir seu peso.

Assim, assistimos na França desde 1969 a uma divergência fortemente crescente entre a rentabilidade bruta contábil das empresas (que permanece estável e chega mesmo a crescer de 1969 a 1974 devido à inflação) e a rentabilidade econômica que decresce rapidamente a partir desta data, em particular a rentabilidade líquida (calculada a preços constantes) (Dellestré e Mairesse [1976]). A partir deste momento as evoluções nominais não exprimem mais as grandezas ao mascarar o desenvolvimento de suas tendências contraditórias. As estatísticas diretas sobre as taxas de lucro nominais perdem todo o seu interesse.

Esta é a razão pela qual concentraremos nossa atenção sobre a evolução das duas variáveis fundamentais que determinam a *lucratividade* de capital, independentemente das *distorções* introduzidas pela flexibilidade do financiamento do capital e pela repartição da mais-valia, ou seja: a taxa de exploração e a composição orgânica. As duas razões econômicas que utilizaremos serão:

- a parcela do salário no valor agregado, sendo esta função dos ganhos de produtividade e do poder de compra.

- a "eficácia do capital", ou seja, a relação do valor agregado sobre o capital fixo bruto.

É necessário sublinhar a grande fragilidade destes indicadores construídos a partir dos dados da Contabilidade Nacional e que não coincidem rigorosamente com sua contrapartida conceitual na teoria marxista. Com as reservas usuais em toda tentativa de verificação, as verificações parecem, contudo, deixar as seguintes indicações.

Taxa de exploração: nada de profit-squeeze

Para simplificar não faremos distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, porque o salário dos empregados improdutivos e outros quadros assalariados (que representa parte da mais-valia) pesa de fato sobre a acumulação de capital.¹⁵ Todavia, o crescimento da parcela salarial será corrigido pelo assalariamento crescente dos ex-produtores independentes.

Em seguida, suporemos que os ganhos de produtividade (medidos pelo valor agregado anual, a preços constantes, per capita) são os mesmos nas duas seções.¹⁶

Nas evoluções levantadas por C. Lapierre-Denzel [1981] constatamos (ver Tabela 1) uma notável estabilidade no todo:

- decréscimo da parcela salarial nos anos que precedem a crise (1970-73), na França, Grã-Bretanha e Estados Unidos;

- um ligeiro crescimento na Alemanha.

Entretanto, estes resultados não esclarecem as *causas* da variação do peso dos salários. Na linha da seção precedente, devemos determinar em que medida estas evoluções devem-se àquela do poder de compra dos assalariados ou àquela de produtividade.

Os dados da Tabela 2 esclarecem esta questão.

queda dos lucros. Isto é particularmente claro na França nos casos da indústria automobilística e da construção civil (CEPREMAP [1980]). Mas antes da eclosão da crise não se observa, contrariamente aos anos 20, uma grande cunha entre produção e poder de compra da população.¹⁹

A elevação da composição orgânica: disseminada a partir dos anos 60

Voltemo-nos agora ao outro determinante da lucratividade: a composição orgânica. Os trabalhos dos quais falamos permitem-nos verificá-la a partir de um indicador bastante grosseiro: “a eficácia do capital fixo”, Q/K, com Q e K representando o valor agregado e o capital fixo brutos em volume. Em sendo estes volumes calculados a partir de grandezas nominais deflacionadas por índices de preço, a relação Q/K não é muito distante, caso façamos mais uma vez a hipótese de uniformidade dos ganhos de produtividade, e se fizermos a abstração do capital circulante, do inverso da composição orgânica. Pode-se, ainda, paralelamente à decomposição desta em composição técnica e produtividade aparente, decompor este indicador ao escrever:

$$Q/K = Q/N \cdot (K/N)^{-1}$$

com N sendo o número de produtores.²⁰

O caso francês: história de um “caso econômico”

Antes de apresentar as comparações internacionais mais recentes, não podemos resistir ao prazer de resumir os debates que se seguiram à descoberta por uma divisão do

Instituto Nacional de Estatística de um “caso”: a queda global de “Q/K” a partir de 1964 (INSEE [1974]). Esta descoberta parecia dar razão aos partidários do marxismo mais tradicional. Ela suscitou, portanto, uma violenta polêmica que permitiu reconstruir o “caso”.

Inicialmente, alguns observaram que esta queda global poderia resultar apenas de uma modificação da ponderação entre os ramos de produção (Lipietz [1976]). De fato, se é verdade que, caso tomemos as empresas não-agrícolas, a queda em relação a 1964 é apenas de 7% de 1964 a 1971, para atingir 30% em 1974.²¹ Nas indústrias tipicamente fordistas (mecânica, eletromecânica, automobilística, etc.), a queda começa apenas em 1969 e alcança apenas 6% em 1973 (Azouvi [1979]): nada capaz de provocar uma crise!

Coisa ainda mais irritante: a reavaliação geral das séries de capital ligadas à introdução da nova base (chamada 71, em oposição à antiga base chamada 62) faz desaparecer pura e simplesmente esta queda para a maioria das indústrias até 1973 (Delestré [1979])!

É verdade que nesta época (1973) a França está num período de “superaquecimento” utilizando ao máximo as capacidades de produção. Entretanto, este argumento, que leva a substituímos a mensuração de Q por uma estimativa de Q* “à plena utilização da capacidade instalada” (Billandot [1979]), não é a resposta principal que escolheram os defensores da “elevação da composição orgânica”. Interessando-se mais particularmente pelas formas de exploração da mão-de-obra no processo de trabalho, eles frisaram sobretudo que a avaliação da composição técnica medida por K/N subestimava o incremento “real” devido ao desenvolvimento do trabalho em equipe (Billandot [1976] [1974], Bertrand [1976]).

De 1954 a 1974, a percentagem de operários que trabalham em equipe passou de:

- 28 a 77% na produção de metais;
- 8 a 39% na construção de máquinas;
- 34 a 50% na indústria têxtil;
- 14 a 31% no conjunto das indústrias de transformação.

Em 1974, 61% do trabalho em postos faz-se em duas equipes, 27% em três equipes, 13% em quatro e mais.

Esta profunda mutação no emprego do capital fixo mascara, portanto, o aumento real da composição técnica do capital. Assim, de 1957 a 1963, o crescimento do estoque de capital fixo (em volume) foi de 5,5% por ano, mas ele deveria ser de 9,7%, sem a generalização do trabalho em equipe: a “produtividade aparente (realmente muito aparente!) do capital fixo” teria diminuído desde esta época. A desaceleração da queda anual da eficácia do capital devido a esta generalização, que é de -4% de 1957 a 1963, não é mais do que -0,6% de 1963 a 1970 e de -1,2% de 1970 a 1974. Se o trabalho em equipe generalizou-se em ondas, seus efeitos positivos (para a composição orgânica e a taxa de rendimento do capital) são adquiridos de uma vez por todas: em todo caso, mesmo para as máquinas, as jornadas de trabalho não têm mais de 24 horas. Ainda assim, os ganhos de produtividade, quando são apenas ganhos de intensidade nas cadências, são também adquiridos de uma vez por todas.

O interesse deste tipo de análise é que ela ilustra de maneira simples o “esgotamento” dos efeitos benéficos (para o capital) das novas formas de organização do trabalho.

Mas, mesmo na base 70, o crescimento da “produtividade aparente do capital”, em outras palavras, conforme acabamos de ver, um índice da composição orgânica do capital que integra a economia de capital constante devido à generalização do trabalho em equipe, desenvolve-se irresistivelmente a partir de 1973, ou seja, na crise. Certamente, ela é

TABELA 3
EFICÁCIA DO CAPITAL (Q/K) - 1972/1977

		(em %)				
		Não agrícola	Indústria total	Indústria intermediária	Indústria de equipamentos	Consumo corrente
A	preços constantes	- 8,1	- 7,1	- 9,6	- 7,4	- 7,4
A	preços correntes	- 9,5	- 7,3	+ 3,8	- 16,9	- 16,9

Fonte: Delestré (1979).

TABELA 4
ANÁLISE EM SEÇÕES PRODUTIVAS

	1954	1967	1974
Emprego em S ₁	95	135	155
Emprego em S ₂	100	95	85
Valor agregado a preços constantes S ₁	105	310	460
Valor agregado a preços constantes S ₂	120	240	320
Composição-trabalho S ₁	20	21	22
Composição-trabalho S ₂	15	21	24

Fonte: Bertrand [1979]. Base 100 em 1950 para o emprego e valor agregado, % para a composição-trabalho. A "composição-trabalho" é definida na nota 22.

inicialmente superestimada pela estagnação da produção. Mas, caso se compare 1977 a 1972, dois anos com utilização equivalente dos equipamentos instalados, encontra-se uma queda geral e importante da relação Q/K (ver Tabela 3).

Supusemos ainda até aqui que Q/K representava corretamente a composição-trabalho do capital, ou seja, que os ganhos de produtividade eram os mesmos nas duas seções. Em realidade não o é. Graças a um trabalho de pioneiro, supondo um certo número de hipóteses simplificadoras, H. Bertrand [1978] foi capaz de construir séries de 1950-1974 por seções produtivas no sentido marxista do termo. Aparecem diferenças consideráveis na dinâmica das duas seções (ver Tabela 4).

- A produção da seção 1 cresce ligeiramente mais rápido que a da seção 2 (este crescimento mais rápido reflete ao mesmo tempo a taxa de acumulação e a elevação da composição orgânica geral).

- Mas ainda que o emprego estagne na seção 2, ele aumenta em mais de 50% na seção 1.

- Isto reflete a lentidão relativa das transformações do processo de trabalho na seção 1. De fato, é a seção 2 que é maciçamente tocada pela mecanização: a composição-trabalho²² af ultrapassa aquela da seção 1 em 1967.

O efeito desta produtividade mais fracamente crescente na seção 1 é uma elevação da composição orgânica mais rápida que indica a "relação de volumes" Q/K. Combinada com

outros mecanismos de evolução dos preços relativos, ela se reflete na evolução de Q/K a preços correntes (ver Tabela 3), em nova base, por volta de 10% de 1972 a 1977 para o conjunto da indústria, mas de 20% para as indústrias fordistas, à exceção das indústrias intermediárias que aproveitaram-se do movimento relativo dos preços (provavelmente devido à elevação dos preços do petróleo).

Assim, na França, a elevação da composição orgânica do capital que sucede à queda nos anos de 1950 a 1964 aparece como decisiva nos anos 70, mesmo se ela é fraca e mesmo duvidosa na segunda metade dos anos 60. O que fornecem as comparações internacionais?

Um "Perfil em U" generalizado

As cifras coletadas por F. Cellier [1980] e retomadas (a partir das fontes da OCDE) por S.H. Heap [1980] mostram que o fenómeno de queda da Q/K é bastante mais claro nos países mais desenvolvidos que a França (ver Tabela 5, na página seguinte), ela começa a partir do início dos anos 60 no Japão, a partir de 1955 na RFA, a partir de 1950 na Grã-Bretanha e se confirma em 1965, após haver flutuado, nos EUA. Na Tabela 5 distingue-se o efeito "composição técnica" do efeito "produtividade" (obtem-se a taxa de variação de Q/K retirando-se esta de K/N a partir de Q/N).

Parece, portanto, existir uma espécie de lei: um novo modo de organização do trabalho (no caso, o fordismo), após ter engendrado mais ganhos de produtividade que aumento da composição técnica do capital, termina por tornar-se "custoso". Vimos uma razão bastante simples: o desaparecimento das elevações da composição técnica pela generalização do trabalho em turno termina por esgotar seus efeitos (quando tudo que é socialmente aceitável é "em turno"). Mas não é necessário atermo-nos

TABELA 5
TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DA COMPOSIÇÃO
TÉCNICA E DA PRODUTIVIDADE (INDÚSTRIA)

	K/N					Q/N				
	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75	1950-55	1955-60	1960-65	1965-70	1970-75
Japão		5,7	11,0	10,9	11,2 9,8 (c) 7,8		12,5 (b)	7,8	13,1	3,5 5,4 (c)
RFA França Base A	1,8	6,1	6,0	5,9	7,5 (c)	8,5	5,4	5,4	5,4	3,3 (c)
Base N			4,1	4,9	5,0 4,8 (c) 4,6 (d)			5,1	6,1	3,1 4,9 (c)
Reino Unido	2,3	3,8	3,7	4,3	5,0 (c) 4,3	2,2	2,4	2,9	3,2	5,5 (c) -0,8
Estados Unidos		5,0 (b)	2,0	3,6	1,6 (c)		2,1 (b)	4,5	1,0	2,6 (c)

(a) 1951-55

(b) 1956-60

(c) 1970-73

(d) 1970-74

apenas a este detalhe "técnico". Analisando mais detidamente a organização do trabalho fordista, Coriat [1979] mostra os limites organizacionais e sociais dos "estratos de produtividade" que ela encerra.

B. Billaudot [1979] [1980] sugere uma razão mais geral: pode-se supor que o "novo" modo de organização do trabalho, por suas economias de capital constante e seus ganhos de produtividade, exige globalmente uma composição-valor do capital inferior à antiga, mas que ele mesmo torna-se mais pesado ao se desenvolver. Isto confirma o estudo citado de Bertrand (ver nota 20), que mostra que a "composição-trabalho", equivalente à composição orgânica "marginal" (aquela dos novos equipamentos), não cessou de crescer desde 1950. A partir de então, por um efeito genético, a composição orgânica média segue uma curva em U.²³

Um tal tipo de análise explicaria a alternância de períodos "felizes", onde melhora a lucratividade global do capital, e períodos onde ela se encontra mais comprometida: esboço de teoria dos ciclos longos fundado nas mutações na organização do trabalho.

Antes de concluir, é necessário, contudo, sublinhar a extrema fragilidade das estatísticas internacionais que acabamos de citar. Além das incertezas sobre a medida de K, estamos ainda longe de uma adequação aos conceitos marxistas: faltaria ao menos levantar a hipótese de uma homogeneidade dos ganhos de produtividade, separar o produtivo do improdutivo, etc. Mas não dispomos mesmo de estudos internacionais bissetoriais análogos ao trabalho de H. Bertrand sobre a França. No máximo, o CEPII fornece estudos internacionais em termos bissetoriais: setor manufatureiro/não-manufatureiro. Setorialização frutífera para trazer à luz as dificuldades de acumulação da indústria, determinante essencial da competitividade de uma economia, mas inadequado ao quadro teórico apresentado nesta intervenção.²⁴

ALGUMAS PISTAS DE TRABALHO À GUIA DE CONCLUSÃO

Caso confiemos nos indicadores, e com as precauções usuais, podemos tirar a seguinte conclusão:

O final dos anos 60 em todos os grandes países industriais é marcado por um esgotamento das contratendências à queda da taxa de lucro:

- a produtividade na seção 2 desacelera-se, provocando em certos países uma elevação do valor de força de trabalho;

- a produtividade "aparente" do capital diminui por muitos países, o que se traduz por uma elevação da composição orgânica.

Estes dois fatores engendram uma queda na lucratividade do capital, aquilo que Marx chama de "superacumulação relativa": o novo capital engajado produz cada vez menos mais-valia.

Resta ainda compreender como o agravamento tendencial desta situação latente pode deslanchar numa crise manifesta.²⁵

Atualmente é impossível dar a esta questão uma resposta satisfatória e desenvolvida. Com efeito, seria necessário ser capaz de passar do nível "interno" das relações dos valores ao nível "desenvolvido", "exotérico", do movimento dos preços, dos rendimentos, das antecipações e dos comportamentos (Hausmann, Lipietz [1980]). Podemos entretanto avançar algumas sugestões.

Inicialmente, não há objeção de princípios a que uma tendência contínua engendre uma brutal modificação de regime. A teoria das catástrofes, apesar de ela ser usada apenas de maneira metafórica, permitirá talvez um dia um tratamento mais rigoroso deste tipo de problema: ela permite, por exemplo, conceituar a idéia de que, aquém de um certo nível de lucros antecipados, os "animal spirits" dos capitalistas não se mobilizarão mais para investir (Harris [1979]). Resta, entretanto, precisar as mediações através das quais a queda da "lucratividade" pesa sobre o comportamento dos capitalistas. Lembremo-nos que, devido à possibilidade de fixar um preço de oferta através do *mark-up* sobre as despesas contabilizadas, esta queda na lucratividade não se manifesta necessariamente ao nível da taxa de lucro nominal. Ao contrário, ela se traduz por uma elevação da parcela das amortizações no fluxo de caixa e do preço relativo dos investimentos (Aglietta [1976], Brender, Chevalier, Pisani [1980]).

A acumulação torna-se, portanto, cada vez mais difícil; ela pode, além disso, tornar-se cada vez menos desejável devido à carência de vendas de mercadorias antecipadamente.

Com efeito, patronato e governos têm tendência a restabelecer a capacidade de autofinanciamento das empresas pela redução do salário real, ainda mais quando a elevação dos preços do petróleo a partir de 1973, que foi nada mais nada menos que uma elevação da parcela da renda no total da mais-valia mundial (Lipietz [1974]), aviva as tensões sobre a repartição do valor agregado. Esta foi explicitamente a política de R. Barre de 1977 a 1981.

A "punção" desejada sobre o poder de compra das famílias era da ordem de grandeza da totalidade de suas compras da indústria automobilística! Assim, de maneira bem dife-

rente dos anos 30, a baixa lucratividade pode desembocar numa crise de subconsumo que se transforma em seguida em crise de investimentos.

Em todos os casos, a ação da tendência e das contratendências terá desenvolvido as famosas "contradições no desenvolvimento interno da lei" do capítulo XV do Livro III do *Capital*. Mais do que procurar identificar, talmudicamente, toda a situação de crise àquela situação canônica de suas contradições, trata-se de estudar, em cada situação de crise concreta, como o desenvolvimento interno da lei terminou por romper o regime de acumulação estável que a precedeu.

Enfim, convém estudar como os fatores, tendo contribuído para a degradação da rentabilidade antes do deslanchar da crise, inlfetem *ao longo* da crise. Segundo certos estudos, as condições de lucratividade restabelecem-se a partir de 1975.²⁶ O que não implica, aliás, que as condições de *saída* da crise estejam reunidas. Mas esta é outra história . . .

NOTAS

¹Ver, em particular, além dos autores evocados ao longo do artigo: Body e Crotty (1975), Glyn e Sutcliffe (1972), Olin Wright (1977).

²A forma crise está mais ligada ao caráter mercantil da economia que a seu caráter especificamente capitalista (ver *O Capital*, Livro I, capítulo III; *Teorias da mais-valia*, t. II, 597). Todavia, Marx salienta que as formas mercantis implicam apenas a "possibilidade formal" das crises.

³Retomaremos aqui a argumentação de Lipietz (1979a).

⁴Sendo a notação Harvard inapropriada aos textos clássicos, notamos por K as referências a *O Capital* e por TPL as referências a *Teorias da mais-valia* (seguidas dos números do tomo e da página).

⁵Para uma lembrança dos dois temas utilizados, ver Lipietz [1980a] e [1982]. Se refutamos a solução Seton-Morishima para o problema da transformação, em favor, por exemplo, da solução Duménil-Lipietz [1979b, 1982], a demonstração permanece válida porque a passagem de uma solução à outra implica

simplesmente uma modificação quantitativa na definição da taxa de exploração ϵ . Mas o ponto (a) estabelece a queda da taxa de lucro em valor independentemente da variação de ϵ .

⁶Marx [1971] p. 139-142. Ver igualmente o capítulo sobre a automação, dos *Grundrisse*.

⁷Em realidade, a expressão desta tendência é mais complexa, quando leva-se em conta o caráter "fixo" das máquinas. Faz-se necessário introduzir os tempos de rotação das diferentes frações do capital fixo e do capital circulante. Seja t a média ponderada das diferentes frações: t mede, tanto quanto K, o crescimento da composição orgânica do capital e figura no denominador da "taxa de lucro em valor" (ver Lipietz [1979a]). Seu alongamento eventual contribui, assim, à queda da taxa de lucro.

⁸O livro de J. Attali [1981], todavia, retoma em um capítulo toda a argumentação de Van Parijs [1980].

⁹Para demonstrações em detalhe desta seção ver Lipietz [1980a].

¹⁰Como já sublinhara Marx em *Salário, preço e lucro*.

¹¹Ver, em particular, H. Ford [1930] e as respostas dos empresários japoneses sobre sua política de robotização (*L'Expansion*, 170, maio 1981).

¹²Há uma questão metodológica importante que não pode ser discutida aqui. As tendências de um modo de produção resultam da estrutura de relações de classe, não podendo serem deduzíveis do "comportamento racional" dos indivíduos e agentes privados, pois são as estruturas de classe que fixam as regras do jogo e os objetivos dos "agentes". Daí a incongruência de um "marxismo neoclássico" defendido por Van Parijs [1981].

¹³Os casos americano e francês são menos dessemelhantes do que se acreditava, ou pelo menos após 1914. O caso inglês, ao contrário, é bastante diferente. Ver Basle, Mazier, Vidal [1981].

¹⁴O interesse da administração econômica por este tipo de problema e a "sensibilidade marxista" aí manifesta é devida às condições da reconstrução do aparelho econômico após a Resistência. Ver Fourquet [1981]. É necessário salientar que os estudos estatísticos dos quais falaremos não são todos de inspiração marxista direta, mas se inscrevem no campo das preocupações ligadas à rentabilidade do capital.

¹⁵Ver, contudo, as tentativas de avaliação de Delaunay [1980] que mostram um crescimento da taxa de exploração do trabalho produtivo quase que exatamente compensado pela extensão do assalariamento improdutivo. Seria necessário, igualmente, mensurar quanto dos impostos sobre o valor agregado retorna aos assalariados através da despesa pública. Todas as qualificações são extremamente difíceis nas comparações internacionais, levando em conta a variedade de formas institucionais. Por exemplo, no estudo de C. Lapière-Donzel sobre o qual apoiamos-nos, não são aparentemente contabilizadas as contribuições patro-

nais à previdência social no custo salarial por unidade produzida nos EUA. Mas a queda do custo salarial de 1970 a 1973 é substituída por uma estabilidade ao nível de... 1955 se contamos essas contribuições.

¹⁶ Em realidade, a produtividade aparente do trabalho cresce, ao menos na França, bastante mais rapidamente na seção II que na seção I (Bertrand [1979]).

¹⁷ Tomemos o exemplo da Alemanha para sublinhar a fragilidade deste tipo de estatística para uma comparação com outras fontes. L. de Moutort [1981], apoiando-se diretamente sobre as fontes do Statistisches Bundesamt, dá, para o setor manufatureiro, um crescimento anual do salário horário real de 6,8% no período 1969-73 contra 5,1% no período 1960-69 enquanto que o crescimento da produtividade teria caído de 5,5% para 4,0% para o mesmo período (observa-se uma mesma aceleração do salário real e a manutenção da produtividade - se há um sentido para tal - no setor não-manufatureiro). Assim, teria havido um *profit-squeeze* devido à elevação dos salários reais no início dos anos 70, mas já superado em 1974! Billaudot et alii [1980] deram, a partir das fontes OSCE, um crescimento anual do poder de compra do custo salarial (contribuições sociais incluídas) na indústria manufatureira, entre 1970 e 1975, de 4,1% contra um crescimento da produtividade do trabalho de 3,4%.

Todas estas evoluções derivam da mesma fonte primária alemã, elas diferem sobretudo pela periodização mais ou menos arbitrária. Por vezes, o ano de 1969 desempenha um papel central. Segundo Grand, Margirier e Ruffieux [1980] o poder de compra cresce em 1969 acima dos dois anos precedentes (mais rápido que a tendência dos anos 60), mas é precisamente então que aumenta a diferença com a produtividade per capita: esta (que se acelerava depois da estabilização de 1967) inflete nítida e duradouramente. Resultado: a relação custo salarial real/produtividade decresce desde 1962, aumenta em 10% apenas no ano de 1969, restando depois estável até a crise.

Acrescentemos, para finalizar esta discussão, que a variação dos preços relativos (preços dos bens de consumo/preços do valor agregado) permanece muito fraca no período. Medimos neste exemplo a fragilidade das "verificações empíricas"! Em todo caso, se o "profit squeeze" teve lugar na RFA na luta de classes *na distribuição*, não foi importante, nem durável, e certamente não teve a proporção da crise.

¹⁸ A "superacumulação absoluta de capital" é uma hipótese feita por Marx (*O Capital*, Livro III, capítulo XV) para introduzir a tese da superacumulação relativa. É possível que o Japão tenha esgotado seu "exército industrial de reserva" por volta de 1970. Todavia, seria necessário estabelecer uma relação entre elevação do salário real e "escassez" da mão-de-obra. Os trabalhos econométricos de R. Boyer na linha de pesquisa do CEPREMAP [1977] mostram que, no

melhor dos casos, o salário real é correlacionado à rapidez da acumulação e não à importância da oferta de mão-de-obra. Além disso, esta correlação tende a desaparecer na regulação monopolista e desaparece na crise. Das "divagações" sobre as curvas de Philips dos períodos de crise, com salário real não caindo apesar do desemprego. Em todo caso, o desemprego cresceu na França durante todo o período de crescimento intensivo.

¹⁹ Segundo as avaliações do CEPREMAP [1977], produtividade per capita na indústria cresce 5,8% por ano nos anos 20 e o salário real semanal per capita cresce 2,2%. Segundo outras avaliações, com base anual (Picaud, Poitevin [1979]), as taxas são respectivamente + 4,8% e - 2,0%.

²⁰ Note-se de passagem a hipótese corajosa que consiste em fazer a abstração da qualificação. A este nível de agregação ela é, entretanto, legítima: relaciona-se uma produtividade média do trabalho a uma composição do capital em volumes "homogeneizados" pelo sistema de preços.

²¹ Na França, o ponto alto do boom é o mês de agosto de 1974 e a recessão é sensível apenas em 1975. A partir deste momento, as variações de Q/K refletem essencialmente as variações conjunturais de Q.

²² A "composição-trabalho" é a relação das quantidades de trabalho vivo diretamente incorporado nas duas seções sobre as quantidades de trabalho vivo incorporado no mesmo momento nas duas subseções correspondentes da Seção I, corrigidas pela acumulação líquida. Um teorema conhecido sobre os esquemas marxistas de reprodução mostra que esta quantidade é igual a $C/V + M$ com padrão de produção constante. Esta quantidade difere de K/Q notadamente com referência ao fato de que ela leva em conta o capital constante consumido no ano e não o capital fixo avançado. Sobretudo, ela designa a composição-valor das novas instalações e não do estoque médio. O que é notável é que ela é inicialmente crescente, contrariamente a K/Q. Veremos mais adiante a importância deste ponto.

²³ Por um método de cálculo direto sobre as séries de investimento, B. Billaudot [1980] avaliou a evolução do coeficiente de capital na margem, após a correção pela utilização conjuntural dos equipamentos. Constatou-se que, de 1967 a 1973, enquanto o coeficiente médio aumenta lentamente como já vimos, o coeficiente marginal passa de 1,5 para 2,5. A relação entre intensidade capitalista marginal (K/L) e intensidade média é, em todos os ramos, superior a 1,5, próxima ou superior a 3,0 em ramos tão diversos quanto: materiais de construção, minas e siderurgia, tecidos e vestuário, impressos e indústrias alimentares.

²⁴ Sabe-se que a "produtividade do terciário" é difícil de definir mesmo se a lógica do fordismo opera no processo de trabalho do terciário. De outro lado, o

terciário, bem como o setor manufatureiro, reparte-se nas duas seções (Lipietz [1980]). Em relação aos resultados agregados que citamos, é, portanto, difícil de deduzir a partir de tal setorialização muito mais informações sobre as condições subjacentes de lucratividade. Vale o mesmo para a separação em 7 setores do tipo "Fresque" utilizado pela D.P. no nº 44 (série Laranja) de *Statistiques et études financières*.

Ao contrário, os estudos do CEPII (De Moutort [1981], sobre a RFA, aqueles de Brender, Chevalier, Pisani [1980] sobre os EUA) deixam-nos um reflexo, certamente infiel, mas pertinente, das divergências de produtividade entre as seções através da evolução dos preços relativos. Assim, nos EUA, para o período "de pico a pico" que precede a crise 1966-73, a contribuição anual dos preços relativos para a degradação da lucratividade é de 2,5%, decompondo-se em 1,1% por p/pc e 1,4% por p/pk (com p, pc, pk designando os deflatores do valor agregado, dos bens de consumo e do estoque de capital). Contribuições duas vezes mais importantes que aquela do custo salarial por unidade produzida (1,1%)!

Desde a crise os preços relativos atuam positivamente para a lucratividade nos EUA. Ao contrário, conforme já dissemos, este movimento é desprezível na RFA, tanto antes como após o início da crise.

²⁵ De fato, a crise "estagflationista" dos anos 70 é menos "manifesta" que aquela dos anos 30, caracterizada por uma queda profunda de produção e preços. É que a regulação monopolista, ao garantir uma importante demanda da parte dos assalariados, entrava o mecanismo da "espiral depressiva". Ao contrário, o mecanismo de formação de preços correspondente à regulação monopolista provoca o distanciamento entre os rendimentos distribuídos e as produções realizáveis, donde o caráter inflacionário da depressão (CEPREMAP [1977]).

²⁶ Billaudot et alii [1980] mostram, por exemplo, que, de 1975 a 1978, o movimento dos preços relativos (p/pc), a desaceleração do salário real e a retomada da produtividade jogam a favor da lucratividade tanto na França como na RFA. O crescimento do coeficiente de capital desacelera-se na França e sobretudo na RFA na indústria manufatureira. Mas tudo isto produz - e traduz - uma desindustrialização...

BIBLIOGRAFIA

- AGLIETTA, M. *Régulation et crise du capitalisme*. Paris, Calmann-Lévy, 1976.
ALTHUSSER, L., BALIBAR, E. *Lire Le Capital*. Paris, Maspero, 1965.
ATTALI, J. *Les trois mondes*. Paris, Fayard, 1981.
AZOUVI, A. *Caractéristiques d'entreprise, structures d'emploi et de salaire. Economie et statistique*, 92, septembre, 1977.
-. *Les industries d'équipement. Collections de l'INSEE*. E. 58, Paris, 1979.

- BASLE, M., MAZIER, J., VIDAL, J.-F. *La dynamique de la croissance en longue période. Eléments de comparaisons internationales*. Rapport GRESP/DGRST, mimeo, Rennes, 1981.
- BERTRAND, H. Quelques réflexions sur l'évolution économique en France et à l'étranger de 1950 à 1976. *Statistiques et études financières*, série Orange, 25, 1976.
- La croissance française analysée en sections productives. *Statistiques et études financières*, série Orange, 35, Paris, 1978.
- BETTELHEIM, C. *Calcul économique et formes de propriété*. Paris, Maspero, 1970.
- BILLAUDOT, B. *L'accumulation intensive*. Paris I Université, Thèse, 1976.
- Ensemble de l'industrie in Emploi, qualification et croissance dans l'industrie. 4, *Collections de l'INSEE*, E. 58, Paris, 1979.
- Accumulation, croissance et emploi dans l'industrie française: rétrospectives 1959-1974. *Economie et statistique*, 127, novembre, 1980.
- et alii. *La rentabilité dans la crise. Comparaison entre la France et la RFA*. Mimeo IREP, Grenoble, 1980.
- BODY, R., CROTTY, J. Class conflict and macro-policy: The political business cycle. *Review of Radical Political Economics*, 7, 1, été, 1975.
- BOYER, R., Wage formation in historical perspective: The French experience. *Cambridge Journal of Economics*, décembre, 1979a.
- La crise actuelle: une mise en perspective historique. *Critiques de l'économie politique*, 718, Paris, Maspero, 1979b.
- BOYER, R., MISTRAL, J. *Accumulation, inflation et Crise*. Paris, PUF, 1978.
- BRENDER, A., CHEVALIER, A., PISANI-FERRY, J. Etat-Unis: croissance, crise et changement technique dans une économie tertiaire. *Economie prospective internationale*, 2, Paris, La Documentation Française, 1980.
- BRUNHOFF, (S. de). *Etat et Capital*. Paris, Maspero, 1976.
- CELLIER, F. Formation de l'offre: Comparaison internationale et sectorielle. *Statistiques et études financières*, série Orange, 44, Paris, 1980.
- CEPREMAP. *Approches de l'inflation: l'exemple français*, rapport au CORDES par Benassy J.-P., Boyer R., Gelpi R.M., Lipietz A., Mistral J., Munoz J., Ominami C., Paris, mimeo, 1977.
- CEPREMAP. *Redéploiement industriel et espace économique*, rapport à la DATAR par Lafont J., Leborgne D., Lipietz A., Paris, mimeo, 1980.
- CORIAT, B. *L'atelier et le chronomètre*. Bourgeois, Paris, 1979.
- DELAUNAY, J.-C. L'évolution du taux de plus-value en France, intervention au colloque. *Actualité du Marxisme*. Lille, avril, 1980.
- DELESTRE, H. Les facteurs de production dans la crise. *Les Collections de l'INSEE*, E. 67, Paris, 1979.
- et MAIRESSE, J. *Rentabilité économique et comptable en France de 1959 à 1976*. INSEE, mimeo, novembre, 1976.
- FORD, H. *Le progrès*. Paris, Payot, 1930.
- FOURQUET, M. *Les comptes de la paix*. Paris, Encres., 1980.
- FREYSSENET, M., *La division capitaliste du travail*. Paris, Savelli, 1977.
- GLYN, A., SUTCLIFFE, B. *British capitalism, workers and the profit squeeze*. Londres, 1972.
- GRANDO, J.M., MARGIRIER, G., RUFFIEUX, B., *Rapport salarial et compétitivité des économies nationales*. Thèse Grenoble II, mimeo, 1980.
- GRANOU, A., BARON, Y., BILLAUDOT, B. *Croissance et crise*. Paris, Maspero, 1979.
- HARRIS, L. Catastrophe theory, utility theory and animal spirit expectations. *Australian Economic Papers*, 33, décembre, 1979.
- HAUSMANN, R., LIPIETZ, A. *Exoteric vs. Esoteric economic laws: the forgotten dialectics*. CEPREMAP, 8021, mimeo, Paris, 1980.
- HEAP, S.H. World profitability crisis in the 1970s: some empirical evidence. *Capital and Class*, 12, hiver, Londres, 1980.
- INSEE. *Fresque historique du système productif*. *Les Collections de l'INSEE*, E. 27, Paris, 1974.
- ITOH, M. *Value and crisis*. Londres, Pluto Press, 1980.
- LAPIÈRE-DONZEL, C. Le partage des revenus, la formation du profit: comparaison entre les cinq grandes économies. *Statistiques et études financières*, série Orange, 44, Paris, 1980.
- LIPIETZ, A. *Le tribut foncier urbain*. Paris, Maspero, 1974.
- Colloque de Vauresson: Rapport de la Commission. "Mire en oeuvre des facteurs de production". *Recherches économiques et sociales*. Paris, La Documentation Française, 1976.
- *Crise et inflation: pourquoi?* Paris, Maspero, 1979a.
- Nouvelle solution au problème de la transformation: le cas du capital fixe et de la rente. *Recherches économiques de Louvain*, v. 45, décembre, 1979b.
- Conflits répartition et changement technique dans la théorie marxiste. *Economie appliquée*. Paris-Genève, décembre, 1980a.
- La vraie monnaie doit-elle être une vraie marchandise? *Intercensions critiques en économie politique*, 5, Montréal, printemps-été, 1980b.
- Le tertiaire, arborescence de l'accumulation capitaliste. *Critique de l'économie politique*, 12, Paris, Maspero, 1980c.
- The "so-called transformation problem" revisited. *Journal of Economic Theory*, 1, janvier, 1982.
- MACALINE, A.D. *Lutte des classes et dévalorisation du capital*. Paris, Maspero, 1978.
- MARX, K. *Le Capital*. Livre I, Paris, Garnier-Flammarion; Livres II et III, Paris, Editions Sociales.
- *Théories sur la plus-value*. Paris, Editions Sociales.
- *Un chapitre inédit du Capital*. Paris, UGE, 1971.
- MAUTORT (de) L. La désindustrialisation au coeur du modèle allemand. *Economie prospective internationale*, 8, octobre, 1981.
- OKISHIO, N. Technical change and the rate of profit. *Kobe Univ. Econ. Review*, 7, 1961.
- OLIN WRIGHT, E. Alternative perspective in Marxist theory of accumulation and crisis. In: *The Subtle Anatomy of Capitalism*. Santa Monica, Goodyear, 1977.
- PICAUD, Y., POIDEVIN, G. *L'accumulation du capital analysée en sections productives*. Thèse, Rennes, 1979.
- ROEMER, J.E. The effect of technological change on the real wage and Marx's falling rate of Profit. *Australian Economic Papers*, 17 (30), 1978.
- Continuing controversy on the falling rate of profit: fixed capital and other issues. *Cambridge Journal of Economics*, 3, (4), Londres, Academic Press., 1979.
- SAMUELSON, P.A. The Economics of Marx: an ecumenical reply. *Journal of Economic Literature*, v. X, p. 54, 1972.
- SHAIKH, A. Political economy and capitalism: notes on Dobb's theory of crisis. *Cambridge Journal of Economics*, 2, Londres, Academic Press., 1978.
- Marxian competition vs. perfect competition: further comments on the so called choice of technique. *Cambridge Journal of Economics*, 4, 1980.
- VAN PARJIS, P. The falling-rate-of-profit theory of crisis. A rational reconstruction by way of arbitrary. *Review of Radical Political Economics*, 12 (1), 1980.
- Why marxist economics needs microfoundations. Postscript to an obituary, forthcoming, 1981.
- WEEKS, J. The process of accumulation and the "profit squeeze" hypothesis. *Science and society*, 43 (3), Fall, 1979.